

CPI DA MERENDA

28.06.2016

AUDIOTEXT SERVIÇOS E CIA. LTDA. - ME**CPI DA MERENDA****28.06.2016**

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Queria convidar todos os senhores e senhoras presentes para tomarem assento, para podermos começar nossa sessão.

Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída pelo Ato nº 48, de 15 de junho de 2016, com a finalidade de apurar e investigar o fornecimento de merenda escolar em todas as escolas estaduais nos contratos firmados por empresas e cooperativas de agricultura familiar com o Governo do Estado de São Paulo e municípios paulistas, além de eventuais ações de agentes públicos e políticos, para esclarecer se houve ou não prejuízos ao honorário.

Registro com muito prazer a presença dos nobres deputados: Alencar Santana Braga, Estevam Galvão, Adilson Rossi, Jorge Caruso, Coronel Camilo, Delegado Olim, Carlão Pignatari, Luiz Turco e Wellington Moura, membros efetivos e substitutos da Comissão. Quero também registrar a presença dos nobres deputados: Luiz Fernando, Raul Marcelo, Chico Sardelli, Zico Prado, Marcos Martins... Mais algum deputado presente? Deputado Professor Auriel... Mais algum? Não, são esses os deputados presentes. Deputado Rillo está presente também, registrar a presença dele.

Antes de mais nada, queria prestar alguns esclarecimentos para que possamos fazer o trabalho da forma mais eficaz e democrática possível. A primeira coisa é que nesta Comissão os requerimentos a serem colocados em votação terão que ser todos escritos e protocolados. É uma questão já decidida em CPIs anteriores pelo presidente da Casa, na época o nobre deputado Barros Munhoz. Não há possibilidade de que se vote requerimentos que não tenham sido previamente protocolados e que tenham sido publicados. É importante que se faça esse registro.

O segundo registro importante é que cabe a esse Presidente nomear o relator da Comissão. Eu não o quis fazer de forma isolada, ouvi a maioria dos deputados, aliás, ouvi todos os deputados, membros efetivos da Comissão. Em uma quase totalidade, porque faltou o voto do nobre deputado Alencar, que queria também ocupar o cargo. Indico o nobre deputado Estevam Galvão como relator da presente CPI. Então fica

indicado e empossado como relator dessa Comissão de Inquérito, o nobre deputado Estevam Galvão.

O SR. ALENCAR SANTANA - PT - Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Pela ordem, nobre deputado Alencar Santana.

O SR. ALENCAR SANTANA - PT - Cumprimentar a todos os deputados, membros da Comissão e demais deputados presentes, todos que acompanham, em especial os estudantes da USP, da UNE, enfim, todas as entidades e pessoal também dos centros acadêmicos, dos DEAs. Mais uma vez parabenizá-los aqui pela presença e acompanhamento da CPI.

Presidente, duas questões. Primeiro: deixar registrado aqui nosso protesto em relação ao encerramento da reunião anterior, sendo que tinham alguns deputados que tinham requisitado a palavra em questão de ordem. Tinha eu e, salvo engano, mais uns três ou quatro deputados que pediram a palavra, mas V. Exa. acabou interrompendo a sessão sem que pudéssemos estar exprimindo nossa opinião.

E também sobre o relator. Dizer que manifestei, inclusive publicamente na reunião anterior, o desejo de participar, uma vez que a base do governo já faz parte da Presidência e da Vice-Presidência dessa CPI, para que pudéssemos dar um caráter plural e demonstrasse efetivamente que não tem qualquer parcialidade da CPI. Que pudéssemos fazer uma investigação rigorosa e transparente para buscar a verdade. Coloquei meu nome à disposição para que fosse relator. Então deixo mais uma vez consignado que fiz isso na reunião anterior publicamente.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Feito o registro, nobre deputado. Deputado Estevam Galvão.

O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Pela ordem.

O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM - Sr. Presidente, quero cumprimentar todos os membros que compõe essa CPI e cumprimentar também os demais deputados

presentes, cujos nomes já foram elencados. Cumprimentar todos os presentes, cumprimentar os estudantes, as demais instituições.

Gostaria de dizer que para mim, Sr. Presidente, foi uma honra muito grande ter sido indicado relator. Todavia, tenho plena consciência a importância da relatoria, mas também da responsabilidade. Tenho convicção, fosse indicado o deputado Alencar Santana, deputado com certeza faria também um trabalho a exemplo do que nós pretendemos fazer. Pretendemos fazer um trabalho com total isenção, com total transparência, sempre procurando um resultado revestido de toda a verdade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Obrigado, nobre deputado Estevam Galvão. Queria também registrar a presença das deputadas Márcia Lia e Ana do Carmo. Queria só...

O SR. ZICO PRADO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente. Se os deputados... (ininteligível)

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Vão ter a possibilidade de falar. Tem um microfone que vai estar à disposição, porque infelizmente nós não temos nenhum auditório com tamanho suficiente para todos e que pudesse acomodar os deputados de uma forma mais adequada. Então fizemos a opção de escolher um espaço amplo para que todos que quisessem acompanhar, pudessem acompanhar a sessão, embora isso infelizmente traga algum transtorno para os nobres deputados.

Mas de forma alguma será cerceada a palavra aos nobres deputados. Então tem um microfone sem fio que está à disposição dos nobres deputados.

O SR. ZICO PRADO - PT - Já está comigo, Presidente. Eu...

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - O deputado Rillo pediu uma questão de ordem antes, nobre deputado. Sim, não temos nenhum problema, nobre deputado...

Eu queria só solicitar que quem levantasse questão de ordem se tiver realmente uma questão de ordem, por favor.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Sr. Presidente, antes de fazer minha manifestação, tenho dois questionamentos, até para podermos afinar a metodologia e a forma de trabalho. A primeira é qual... Se temos o mesmo entendimento, qual o tempo do deputado não titular da Comissão para suas manifestações?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Cinco minutos.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Cinco minutos. E a outra questão, antes de fazer minha manifestação aqui, é qual o critério usado para a organização da pauta? Porque eu junto com o deputado Raul Marcelo e o deputado Carlos Giannazi protocolamos alguns requerimentos. Acho que fomos os primeiros a protocolar requerimentos, o Carlão também, e eles não constam na pauta.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Se V. Exa. tiver um pouquinho de paciência, vou explicar qual a metodologia que será adotada por essa Comissão. É só essa questão de ordem?

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Sim, então posso esperar. Mas deixo a minha já inscrição para manifestar. Abro mão de falar agora para escutar a explicação de Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Ok, registrado o requerimento de V. Exa. para usar a palavra.

Queria só, embora isso não tenha... Quem vai definir o roteiro do trabalho é o relator, o nobre deputado Estevam Galvão. Nós já conversamos um pouco e queria deixar claro algumas questões que entendemos que são importantes.

A primeira questão é a seguinte: essa Comissão vai se ater a questões técnicas. Vamos procurar, na medida do possível, deixar de lado as paixões políticas e apurar da forma mais técnica e isenta possível todos os fatos relatados.

A metodologia a ser adotada será a seguinte: nós vamos primeiro produzir provas, requerer documentos, para que todos os senhores deputados membros da Comissão possam ter, efetivamente, documentos que tenham valor legal para tomar conhecimento dos fatos denunciados. O roteiro será esse.

Primeiro se levanta documentos, se levanta fatos, dá-se conhecimento aos membros da Comissão desses fatos, das investigações feitas até o momento. A partir dessas informações na mão, se ouve testemunhas. Se ouve acusações, se ouve pessoas que foram acusadas, se ouve... Enfim, nós não temos nenhum problema em ouvir qualquer pessoa que seja.

O roteiro será primeiro ter informações, ouvir as pessoas que fizeram as acusações, que citaram nomes de todos os envolvidos, dar a todos os envolvidos a possibilidade de explicar, de se colocar, da forma mais isenta possível. Essa Presidência não vai tolir o direito de nenhum deputado de ouvir as pessoas que acharem que devem ser ouvidas para esclarecer os fatos. Esse é o primeiro aspecto fundamental.

O segundo aspecto fundamental do nosso processo investigativo. Nós queremos, em primeiro momento, esgotar tudo o que diz respeito à Secretaria de Educação do estado, as autoridades estaduais citadas, seja do Legislativo, seja do Executivo e aos funcionários do Legislativo e Executivo estadual citados na chamada Operação Alba Branca. Não temos nenhum problema, queremos ouvir todos e investigar tudo o que foi levantado com relação ao estado. Em um segundo momento, partimos para a investigação das citações das prefeituras, que foram pelo menos citadas como envolvidas em um possível processo de ilegalidade em relação às merendas.

Então queria deixar muito clara essa questão. Vou colocar primeiro a votação dos requerimentos de informação, que ao meu ver devem ser todos aprovados, não vejo nenhum problema, e só quando tivermos parte significativa desses documentos na mão, os nobres deputados, membros da Comissão tiverem informações sobre eles, é que vamos fazer a oitiva das pessoas.

Inclusive quero, em função disso, dizer que é um direito dos nobres deputados, mas eu entendo que nós infelizmente não teremos essas informações em um período de tempo rápido. Se algum deputado quiser fazer o pedido de que essa Comissão trabalhe no recesso parlamentar, que o faça por escrito e protocolado. Não tenho nenhum problema em convocar uma nova reunião para daqui dois dias para colocar em votação esse requerimento.

Só quero chamar a atenção aqui, porque foi a colocação de muitos deputados que essa Presidência não convocará nenhuma testemunha enquanto não tivermos minimamente uma parte significativa dos documentos para podermos analisá-los e identificar o roteiro para se fazer a investigação da forma mais precisa possível.

E lembrando aos nobres deputados que se nós votarmos a continuidade dos trabalhos no recesso, essa Comissão tem prerrogativa para isso, o tempo será contado, portanto o mês de recesso será contado. Se a Comissão não funcionar no recesso, esse tempo não é contado, portanto o prazo de 120 dias não inclui o tempo do recesso. Não tenho nenhum problema em trabalhar no recesso, conversei com a maioria dos deputados e nenhum tem nenhum problema. Ninguém colocou objeção clara com relação a isso, só fizeram essas ponderações. Então não tenho nenhum problema. Mas volto a insistir que não se votará nenhum requerimento que não seja apresentado por escrito, protocolado e publicado.

Se algum deputado quiser levar o tema para pauta, que o faça ainda no dia de hoje, para que se possa em tempo hábil ainda ser convocada uma nova reunião, antes do final de junho, para que possamos apreciar a matéria.

O SR. ALENCAR SANTANA - PT - Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Pela ordem, deputado Alencar Santana.

O SR. ALENCAR SANTANA - PT - Não sei se o deputado Zico tinha pedido uma questão de ordem antes. Gostaria o nosso líder falar? Cumprimentar a deputada Márcia, que não foi citada anteriormente.

O SR. ZICO PRADO - PT - Presidente, quero primeiro registrar que eu me sinto, e a bancada de oposição aqui na Assembleia Legislativa, nos sentimos com nenhum representante dentro da composição de Presidente e Vice-Presidente. Todos os cargos da CPI foram colocados por acordos entre aqueles que apoiam o governo. Portanto quero registrar isso, que nós não temos nenhum dos nossos representantes nem na relatoria, nem na Presidência e nem como Vice-Presidente. Deixar isso registrado para que tenhamos consciência de que o governo quer ter o governo total dessa CPI.

A segunda questão é que nós também não temos objeção nenhuma em funcionar, porque nos sentimos minoria e temos registrado aqui que todos os votos nossos sempre tem insistido a um de nossos representantes nessa Comissão. Deixando isso registrado, a responsabilidade de ter ou não ter convocação durante o período do recesso, como essa Comissão vai fazer, o que nós queremos garantir é que nossa presença constante

nessa CPI para que esclareçamos os fatos todos o mais claro possível para a sociedade paulista.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Feito o registro, nobre deputado. Sem dúvidas todos da bancada do PT, da bancada do Psol, da bancada de oposição vão ter direito à voz aqui nesta Comissão.

Pela ordem, nobre deputado Alencar Santana.

O SR. ALENCAR SANTANA - PT - Presidente, algumas questões. Primeiro, V. Exa. disse que os requerimentos teriam que ser apresentados por escrito e no protocolo da Casa. Mas V. Exa. não explicou como será o padrão da distribuição das informações que chegarem a essa Comissão. Faço aqui o pedido para que, assim que essas informações chegarem, sejam imediatamente distribuídas aos gabinetes dos deputados, para que possam também tomar conhecimento o mais rápido possível das informações que chegarem. Para que todos possam ler, enfim, fazer suas indagações e por ventura outros requerimentos a partir daquilo que chegou.

Segundo, V. Exa. disse que em determinado momento cabe fazer a investigação dos municípios. Eu particularmente quero aqui manifestar, desde já, que entendemos que não compete à Assembleia Legislativa e qualquer órgão da Assembleia, inclusive a CPI, investigar contratos entre prefeituras, empresas, cooperativas, enfim, quem quer que seja.

Agora se V. Exa. entende que podemos investigar os municípios, quero fazer aqui uma questão de ordem. Nós também podemos investigar os deputados federais? Porque se V. Exa. entende que compete a essa CPI investigar os municípios, e no roteiro que V. Exa. disse, não foi mencionado quando serão, por ventura, ouvidos os deputados federais citados na operação.

Nós tivemos o secretário Duarte Nogueira, deputado federal, secretário de Transportes, e já foi secretário de Agricultura, tivemos o deputado Baleia Rossi, tivemos o deputado Marquezelli, deputado Arnaldo Jardim... Todos citados. Então se nos compete pela CPI ouvir e requerer informações de contratos municipais, eu também entenderia e entendo que também temos competência de ouvir os deputados federais nessa CPI.

Vossa Excelência também disse que vai esperar chegar as informações requeridas, para depois ouvir funcionários, servidores, fornecedores para poder tomar as devidas

convocações. Só dizer que a informação requerida por nós não está no nosso controle. Elas podem vir de forma rápida, completa ou podem vir fatiadas. Às vezes alguém finge que esqueceu e acaba não chegando a informação devida. Então temos que tomar cuidado com esse tempo para que esse tempo não inviabilize o desdobramento da investigação. São as oitivas, os depoimentos das pessoas. Temos pessoas que já foram ouvidas em sedes da polícia ou mesmo do Ministério Público, e fizeram delações. Quer dizer, têm informações a prestarem para nós. Então que não fiquemos nessa dependência a ponto de comprometer o andamento dos trabalhos.

Por fim, percebi que V. Exa. hoje colocou em pauta requerimentos de informação. Fiz um outro requerimento nosso já apresentado que não está na pauta, sobre as informações das delações, enfim, das investigações. Quero saber o porquê de não estar, e se há, quando forem requerimentos semelhantes ou de conteúdos idênticos, como será? Vão juntar os requerimentos? Vão ser votados conjuntamente na mesma pauta? Isso é importante também, até porque nas convocações há vários requerimentos coincidentes. Como será o padrão para poder colocar-se em pauta?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Só para esclarecer: a minha compreensão é que devemos ouvir e temos condição de ouvir também os deputados federais, não vejo nenhum problema em relação a isso. Só não quero aqui me antecipar àquilo que é o papel do relator. Não quero aqui... O relator é quem vai apresentar o Plano Efetivo de Trabalho. E então vamos discutir esse plano de trabalho apresentado.

Com relação aos requerimentos, eu solicitei que todos os requerimentos que tivessem sido protocolados dentro do prazo legal para pedido de informação estivessem aqui. Se houve alguma exclusão de pedido, foi por algum descuido e não por vontade. Vamos pedir para verificar isso. Entendo que esta Comissão deve, a não ser que seja algum pedido absurdo, aprovar todos os requerimentos de informação. Acho que ela não tem que omitir nada, esconder nada, não temos nenhum problema nesse sentido.

Obviamente acredito que se houverem requerimentos idênticos, vamos juntar os requerimentos e fazer com o mesmo objeto obviamente, e aprovamos os requerimentos de mais de um parlamentar com o mesmo tema. Não há nenhum problema.

O SR. ALENCAR SANTANA - PT - Sobre as respostas? Sobre as respostas das informações que chegarem à CPI? A distribuição?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Quem, na verdade, fará isso é obviamente o relator. Mas acredito que da minha parte a hora que ele chegar tem que ser distribuído instantaneamente a todos os deputados da Comissão. A informação que chegar à Presidência, ao relator, tem que imediatamente chegar a todos os membros da Comissão.

Eu queria solicitar que alguém, por favor, da assessoria ficasse com o microfone e pudesse passar aos parlamentares.

Com a palavra, nobre deputado Luiz Fernando.

O SR. LUIZ FERNANDO - PT - Sr. Presidente, nobres pares, cumprimentar a todos os deputados, estudantes, imprensa, cumprimentar o deputado Enio Tatto, que chegou a pouco e não havia sido citado.

Primeiro, Sr. Presidente, eu queria propor a V. Exa. que consultasse o jurídico da Casa, porque também corroboro das mesmas ideias do deputado Alencar Santana em relação ao que podemos, até onde podemos caminhar. Quero cumprimentá-lo pela sua fala, porque a CPI nesse final de semana começou a ter um desenho político. O deputado do PSDB, Orlando Morando, foi à “Folha de S. Paulo” dizer que pretendia convocar um prefeito do Partido dos Trabalhadores, o prefeito Luiz Marinho, para que viesse ser ouvido.

Quero salientar, e é importante, Sr. Presidente, usar esse espaço para dizer que nenhuma citação se deu em relação a São Bernardo do Campo. É importante inclusive salientar o que a própria “Folha” disse. Enquanto o contrato do mesmo suco fornecido pela cooperativa em São Bernardo era pago R\$ 0,73 a unidade, o Estado pagava R\$ 1,40. Então há problema sim em relação ao Estado, e tampouco São Bernardo.

Mas quero trazer um dado, deputado Alencar. Eu consultei o prefeito Luiz Marinho e ele topa, inclusive, Srs. Deputados, a colaborar. Ele tem muito a comparar o que se pagou o estado de São Paulo com o que se pagou de fato a prefeitura de São Bernardo. Simplesmente a metade do preço. Então é importante deixar claro à imprensa, aos nobres deputados, que os nossos prefeitos, se forem convidados, não precisam ser convocados, virão aqui, embora também entendemos que não devem absolutamente... O Estado não pode fiscalizar prefeituras. Isso cabe ao Tribunal de Contas e suas Câmaras Municipais. Daqui a pouco vamos começar a investigar o que foi feito na Argentina e tal.

Mas quero parabenizar essa Presidência por essa linha de raciocínio e deixar claro, nossas prefeituras em absoluto, Sr. Presidente, tem a temer. Até porque os nossos contratos, até os preços divulgados deixam claro. A própria “Folha de S. Paulo” disse que a prefeitura de São Bernardo pagou pelo suco de laranja R\$ 0,73 e o Estado pagou pelo mesmo suco R\$ 1,40.

Eu queria só trazer isso. A intenção, vontade e disponibilidade do prefeito Luiz Marinho, caso a Comissão querendo ouvi-lo, ele embora não deva, não tenha que vir, ele está à disposição para ajudar. Até porque nós temos que parar de roubar merenda de nossas crianças. Era o que eu queria deixar.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Só um minutinho. Pela ordem, o deputado Raul Marcelo. Mas só queria dizer que fico contente, porque acredito que toda e qualquer pessoa que está no meio público de bem, quando é citado e realmente não deve, tem todo o interesse em prestar esclarecimentos e mostrar sua inocência. Acho que isso vai pautar o interesse de todos aqueles que realmente não devem.

Deputado Raul Marcelo.

O SR. RAUL MARCELO - PSOL - Sr. Presidente, quero levantar uma questão aqui em relação à proposta de roteiro que foi colocada por Vossa Excelência. Primeiro queria dizer que fiquei... Me senti feliz, porque eu vi a entrevista que V. Exa. deu no “Diário do Grande ABC” dizendo que tem a intenção de investigar sim, inicialmente inclusive, os contratos com a Secretaria de Educação, que estão sob suspeição por conta das delações premiadas e do processo de investigação que está sendo feito, conhecido como Alba Branca.

Entendo também, e queria deixar como sugestão, nós devemos inclusive na pauta, porque em delação premiada o empresário Cássio Iziq Chebabi disse que envolveu deputados da Assembleia Legislativa. Acho que a Casa está sob suspeição, aliás, o presidente da Assembleia Legislativa foi dito em uma delação premiada que recebia 10% de propina em contratos. Acho que a Casa também precisa entrar no escrutínio público em relação às investigações.

Portanto concordo que devemos receber aqui os documentos, até para poder depois formar e contribuir na formação de juízo do relator, mas acho que precisamos também, de forma rápida, e queria deixar como discussão para o nosso roteiro aqui de

trabalho as oitivas. A delação desse empresário, um dos presidentes da Coaf, já foi divulgada pelos jornais. Então talvez não precise esperar.

Está publicada na internet, é só pegar a delação do Cássio Izique. O jornal “O Estado de S. Paulo” publicou, o jornal “Folha de S. Paulo” publicou, vários blogs publicaram e acho que inclusive não está nem sob sigilo essa delação. Então é uma documentação fácil, e ele precisava vir aqui esclarecer essa situação. Se de fato isso ocorreu mesmo, como ocorreu, em que circunstâncias isso aconteceu, porque ele envolveu o presidente do Poder Legislativo do Estado de São Paulo, da Assembleia Legislativa. Portanto acho importante... É importante a chegada dos documentos, mas têm oitivas que não precisam esperar, na minha avaliação, fica como sugestão para que possamos aqui fazer uma discussão, não sei se terá essa abertura.

Eu como membro desta Casa e não membro efetivo desta CPI acho que a chegada dos documentos é importante, mas existem oitivas que prescindem da documentação, até porque os documentos já são públicos, no caso, por exemplo, essa delação desse empresário do Coaf que diz que o presidente da Assembleia Legislativa recebia 10% de propina. Quero muito ouvir esse empresário. Aliás, acho que muita gente do estado de São Paulo quer ouvi-lo para poder inclusive discutir com ele essa situação e saber se de fato é verdade.

Fica aqui a minha sugestão para que no roteiro, também façamos a inclusão de pessoas que estão envolvidas e já fizeram delação premiada junto a Polícia Civil e Ministério Público. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Só para...

O SR. - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Um minutinho só, antes de conceder as palavras aos nobres deputados. Eu queria só esclarecer que, embora este deputado respeite muito os meios de comunicação, notícia de jornal não é meio de prova. Nós precisamos tomar o cuidado para que essa CPI faça, do ponto de vista técnico, o trabalho de forma adequada.

Nós iremos ouvir senhor Cássio Chebabi, não há nenhum problema nisso. Eu disse aqui que ninguém está se recusando a ouvir ninguém, mas eu quero e penso que é fundamental para o processo, tecnicamente falando, que tenhamos toda a informação do

que foi apurado, do que foi efetivamente a delação, de como foi o depoimento de cada pessoa. Se nós deixarmos nos levar por paixões políticas, vamos transformar isso aqui em uma disputa política. Nós vamos fazer uma apuração técnica.

Por favor, senhoras e senhores, queria dizer que cabe...

O SR. - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Queria só dizer que existe realmente um requerimento feito pelo deputado Alencar Santana, de pedido de informação, que tem o mesmo teor de um dos requerimentos feitos aqui. Então no momento... Protocolado no prazo legal, no momento que formos deliberar os requerimentos, deliberaremos em conjunto o requerimento do nobre deputado Alencar Santana.

O SR. RAUL MARCELO - PSOL - Presidente, só para entender então. Só para ficar claro aqui em relação ao roteiro de trabalho que V. Exa. está propondo. Nós vamos aguardar as chegadas dos documentos, quando os documentos chegarem a essa Comissão, então vamos começar as oitivas? Essa é a proposta?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Não todos os documentos, porque eu concordo com aquilo que o nobre deputado Alencar Santana disse. Nós não temos controle do tempo em que eles vão chegar, mas precisamos de ter o mínimo de documento, algo significativo, para que possamos a partir de aí ouvir as testemunhas.

É lógico que isso não pode se prolongar por tempo indefinido, mas precisamos ter o mínimo de substância, de documentos para ouvir as testemunhas em cima de fatos e documentos.

O SR. LUIZ TURCO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. - Deputado Luiz Turco, fique à vontade.

O SR. LUIZ TURCO - PT - Sr. Presidente, cumprimentar também os membros da CPI, todos os deputados e deputadas, cumprimentar todo o Movimento Estudantil, o

público presente. Sr, Presidente eu só queria retomar um debate que nosso líder da bancada colocou na instalação da CPI, a reivindicação da segunda vaga da CPI, referente à composição dos membros da CPI.

Nosso líder fez um pedido e até agora ele não foi respondido pela Presidência da Casa. Eu só gostaria de registrar essa questão da composição da CPI e confirmar aqui nosso pedido da segunda vaga da CPI. Se sendo negado, a bancada do PT entrará na justiça para compor a segunda vaga da CPI.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Pediu a palavra primeiro, o deputado Chico Sardelli, depois o deputado Enio Tatto e depois Alencar Santana. Desculpa, depois a inscrição é do deputado Rillo, que quer usar os cinco minutos para falar. Deputado Chico Sardelli.

O SR. CHICO SARDELLI - PV - Sr. Presidente, primeiro parabenizar a equipe inteira de V. Exa. sob o seu comando e a escola do relator. Eu ouvia atentamente aqui as colocações e acho que temos que ser muito bem claros e muito bem práticos nessas questões.

Se foi Paulo, se foi Pedro, se foi Antônio, prefeitura, federal, deputado ou vereador, porque têm muitas denúncias também na questão de câmaras municipais, é importante que tenhamos o cuidado de poder ouvir a quem quer que seja, independentemente do cargo que possa eventualmente ocupar. Para que essa CPI possa produzir aquilo que nós esperamos desde o início quando ela foi instalada.

Também fazer uma colocação, Sr. Presidente e todos que aqui estão. É importante que no calor... Eu que já participei de algumas CPIs... É importante que no calor dela não possa se aflorar as questões políticas partidárias. Eu acho que nós parlamentares temos que deixar essa questão fora. Nós temos uma coisa muito mais importante do que tudo isso, que é investigar efetivamente se houve prejuízo ao erário público e havendo, depois das oitivas aqui colocadas, que seja apresentado um relatório e peça a punição de A, B ou C, de deputado, de prefeito, de quem quer que seja.

Acho que essa é a principal posição dessa CPI, independentemente de quem quer que seja, todos terão a possibilidade de vir aqui se defender, mas serem arguidos também para poder responder aquilo que já ocorre por todos os cantos do nosso estado de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Só para corrigir aqui, o nobre deputado Rillo já havia pedido para fazer a intervenção de cinco minutos há que tem direito. Depois o Enio e Alencar.

O SR. ALENCAR SANTANA - PT - Pela ordem, Sr. Presidente. Minha questão é de ordem.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Questão de ordem, deputado Alencar Santana.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - A minha também.

O SR. ALENCAR SANTANA - PT - Primeiro citar aqui, chegou para mim a presença de algumas entidades. A Apeoesp, mais uma vez a União Estadual dos Estudantes, a União Paulista, o Movimento dos Atingidos por Barragens e Unegro.

Presidente, chegou para nós também a informação de que o link da TV Alesp não está ligado, o que prejudica a transmissão e acompanhamento por outras pessoas que não estão presentes aqui. Então quero fazer aqui e deixar registrada a importância de termos o link da TV Alesp em todas, não só nessa, mas em todas as reuniões da CPI. Que seja ligado e ao vivo a transmissão para que esse assunto de interesse da sociedade paulista possa ser acompanhado por quem esteja vendo a TV.

Presidente, voltando à questão das respostas, das informações que chegarem, queria fazer o pedido novamente para que essas informações, assim que chegarem à Comissão, sejam repassadas pelos assessores da Comissão. Não estou aqui duvidando de V. Exa. nem do relator, mas para ficar mais prático. Tem os funcionários nas comissões, e assim que chegarem à Comissão, que a Comissão repasse. Não ficar concentrado na mão do Presidente ou na mão do relator.

Outra questão sobre um ponto levantado aqui sobre investigar município ou não. É importante deixar claro à opinião pública e a todos os presentes que o debate não é esconder essa investigação e não irmos além, não é isso. Ter uma CPI aqui que investigue o estado de São Paulo é coisa rara, e essa CPI custou a ser instalada. Foi uma vitória do Movimento dos Estudantes que ocuparam a Alesp e se manifestaram, das torcidas de futebol que se manifestaram, dos professores que cobraram, de diversas pessoas da opinião pública que aqui também acompanharam.

Temos essa oportunidade de investigar o estado de São Paulo, que foi o foco principal da Máfia da Merenda, e colocarmos outros aspectos para eventualmente apurarmos, estamos desviando do foco central, o que pode causar um prejuízo no resultado final, naquilo que é pertinente ao estado de São Paulo e que nos compete fazer diretamente. Por isso a nossa questão, que nos concentremos na Secretaria Estadual de Educação, que é quem gere um orçamento de milhões ano a ano e que infelizmente fornece uma merenda ruim, de má qualidade e serviços diferentes, às vezes direto e às vezes de forma indireta e uma merenda cara.

Como disse o deputado Luiz Fernando, aquilo que São Bernardo está no entorno de R\$ 0,70, no Estado sai por R\$ 1,40 o mesmo, idêntico. Suco de laranja 200 ml, praticamente o dobro do valor.

Sr. Presidente, V. Exa. disse inicialmente que essa CPI não deve ter a disputa partidária. A disputa política está presente em qualquer local e aqui vai existir, não é diferente. Agora o que não podemos transformar é essa CPI em uma disputa eleitoral, isso é perigoso, porque saímos do foco da investigação. Um dos deputados pediu a convocação do prefeito Marinho, o deputado Luiz Fernando que é de São Bernardo e o prefeito Marinho também me disse isso, em um sábado.

Ele me falou: “Não tem problema nenhum eu ir lá. Apresento todos os nossos dados sobre a qualidade da nossa merenda, aquilo que fazemos, o trabalho de conscientização das merendeiras”. Agora, Presidente, eu gostaria que essa disposição do prefeito Marinho fosse igual a do governador Alckmin. Que ele também viesse aqui prestar os devidos esclarecimentos. Acho que se por ventura essa CPI tiver que ouvi-lo, teria que ser em um passo futuro, após levantar o conjunto de informações.

Mas como tem deputado do PSDB que é candidato a prefeito de São Bernardo e está fazendo disputa eleitoral através da CPI, ontem eu, o deputado Zico e o deputado Luiz Turco assinamos um pedido de convocação para o governador, para que ele venha à essa CPI prestar esclarecimentos.

Eu queria ponderar essas questões, porque da mesma maneira quê... Estão tentando fugir o foco quando chega nos municípios, mas com essa disposição do prefeito Marinho, gostaríamos que o governador também venha explicar o porquê na Secretaria do Estado o mesmo suco custa o dobro daquilo vendido na prefeitura.

O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM - Presidente, é questão de ordem. Não consigo entender o negócio do...

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Eu também não entendi, mas entendi...

O SR. ALENCAR SANTANA - PT - Eu repito. Se quiser eu repito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Eu entendi duas questões de ordem.

O SR. ALENCAR SANTANA - PT - Se V. Exa. não quiser entender, eu repito.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Calma, nobre deputado.

O SR. ALENCAR SANTANA - PT - É que V. Exa. diz que não entendeu... Presidente, V. Exa. diz que não entendeu.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Senhoras e senhores, por favor, vamos manter o silêncio.

O SR. ALENCAR SANTANA - PT - Fiz várias questões de ordem...

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - As questões de ordem levantadas pelo deputado Alencar Santana. Primeiro...

O SR. ALENCAR SANTANA - PT - Então V. Exa. entendeu... Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Me chegou a informação que está sendo transmitida a presente sessão pela TV WEB. Eu queria aqui dizer que não vou aceitar ofensas. Senhoras e senhores, até agora as senhoras e os senhores se manifestaram e sempre dentro do mais puro respeito. Espero que continue dessa forma. Ninguém aqui é obrigado a concordar com o que é colocado por um outro deputado, mas é necessário manter o respeito aos Srs. Deputados.

O SR. - Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Se os senhores e senhoras insistirem em não permitir a sequência dessa sessão, não vou suspendê-la. Eu vou transferi-la para outro local da Casa.

O SR. ALENCAR SANTANA - PT - Presidente, reunião reservada não. Nada de reunião secreta, por favor.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Respondendo, nobre deputado. Senhoras e senhores...

TODOS - (ininteligível)

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Senhoras e senhores, podemos retomar a nossa sessão? Com a palavra, o nobre deputado Rillo.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Sr. Presidente, desde quando eu fiz a primeira representação na Justiça, questionando a qualidade e a quantidade da merenda, a quantidade de gordura e sódio, o veneno que é oferecido todos os dias, bem como apurar também possíveis desvios, e isso há mais de três anos, eu tenho uma concentração em relação a esse tema.

Esse tema está diretamente ligado ao desenvolvimento do estado, que está ligado ao desenvolvimento humano. A alimentação dentro da escola talvez seja para muitos o momento mais importante. É com tristeza que digo isso, Sr. Presidente, mas para muitas famílias o momento mais importante é o da alimentação. Aquilo que deveria ser uma garantia em casa, muitas vezes não tem e tem na escola.

Para mim, esse tema é muito caro, pela minha história no movimento estudantil, pela minha história no movimento da Educação. Sr. Presidente, eu sinceramente não entrarei nesse Fla x Flu antecipado de mérito, entre Geraldo Alckmin e quem quer que seja. Para mim se roubou merenda e veste camisa azul, se veste camisa verde, se veste camisa vermelha, dane-se. Roubou merenda, isso é muito sério. Tem que pagar por isso. Seja ele do governo federal, seja ele do governo estadual, seja ele da empresa ou da

cooperativa, ou do governo municipal. E o objeto é claro, podemos chegar a todos esses entes pelo objeto que nós mesmos aprovamos.

Sr. Presidente, quero discordar aqui frontalmente da sua proposta. Embora tenha um respeito por V. Exa. muito sério. Geraldo Alckmin ter deputados da sua envergadura na base ajuda muito, e quando o PSDB lhe escolheu para ser presidente para aquele que tenta se defender de maneira legítima na política, escolheu muito bem. Se um dia eu estiver na situação do PSDB em relação à merenda, espero que nunca esteja e nunca estarei, gostaria de ter um presidente como Vossa Excelência.

Vossa Excelência é um quadro político. Vossa Excelência criou agora o etapismo, espero que não seja nenhuma influência marxista. O etapismo em que primeiro tem que vir todos os documentos para depois passar para a questão de convocação. Isso não ficou claro, Sr. Presidente.

Quero aqui me juntar à indagação do deputado Raul Marcelo e sugerir à V. Exa. e ao relator que não faça isso, porque pode dar a entender e tenho certeza que não é a intenção de V. Exa., que nós queremos protelar e enrolar a CPI. Não é nosso objetivo. Nós aqui... Sr. Presidente, não tem o menor sentido esse etapismo.

Queremos convocar pedindo, porque parece uma coisa muito serena dentro da ampla defesa. É necessário você ter documentos para depois expor uma pessoa. Claro que isso é legal, pena que não acontece no Brasil contra todos. Aliás, tem uma Justiça seletiva, mas é correto. Antes de fazer prisão coercitiva, antes de colocar as pessoas presas, devia se ter o mínimo de elemento. Mas não acontece com todos. Embora eu entenda sua preocupação.

Agora, Sr. Presidente, não tem sentido o etapismo. Fim de uma etapa para ir para outra e para outra. Não tem. A CPI tem inteligência e capacidade suficiente de processar as coisas e contribuir. Nosso papel aqui não é fazer revisão do que a polícia está fazendo, nem revisão do Ministério Público. Isso aqui é poder constituído com capacidade técnica de ajudar nas investigações.

Sr. Presidente, para finalizar, o meu apelo para que as coisas andem de maneira concomitante. Documentos, convocações que já possuem base legal... Por exemplo, nós temos assessores, não vou falar nem deputados, assessores nessa Casa com materialidade já constituída e inquestionável. Vou citar exemplos. Tem troca de e-mails, de WhatsApp, interceptação telefônica envolvendo dirigentes públicos e agentes dessa Casa.

É de conhecimento público, não precisamos esperar o Ministério Público ou a polícia mandar de maneira protocolar. Cumpre esse ritual, agora tem um cidadão, assessor desta Casa que recebeu R\$ 50 mil da cooperativa na conta dele. Ele era assessor do presidente da Assembleia. O que mais precisamos para ouvir esse cidadão e escutar a versão dele? Ele agiu de má fé? Ele foi induzido? Ele prestou serviços para alguém? Maior materialidade que essa impossível, Sr. Presidente.

Então faço esse apelo. Falta ainda um minuto, mas não vou usar meu tempo. E mais, repito, não entrarei no Fla x Flu. Tenho um interesse aqui, Sr. Presidente. Vamos votar os requerimentos, vamos depois aprovar convocações, porque vamos conseguir essa sinergia legal, de apoio dos estudantes, professores e da comunidade. Agora é óbvio, se percebermos aqui qualquer enrolação, se tiver aqui qualquer tipo de tentativa de enrolação todos nós percebemos.

E mais, minha sugestão. Mire-se para encerrar, mire-se no exemplo do Coronel Camilo que preside o Conselho de Ética, que ficou um ano sem existir por conta de uma denúncia contra o Capez. Quando chegou uma denúncia contra mim, de apoiar a ocupação que desdobrou na CPI, sabe o que está acontecendo, Sr. Presidente? Todas as denúncias pararam. Sabe qual a única que está andando rápida nesta Casa? A denúncia contra mim no Conselho de Ética. Mire-se no exemplo do Coronel Camilo, dê celeridade, porque se não é capaz de eu ser punido antes que os ladrões da merenda. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Eu queria registrar que estão inscritos os nobres deputados Enio Tatto, Carlão Pignatari e Wellington Moura. Depois votaremos os requerimentos. Retirou o nobre deputado Carlão Pignatari. Então deputado Enio Tatto.

O SR. ENIO TATTO - PT - Sr. Presidente, queria cumprimentar toda a Mesa, em seu nome, em nome do meu líder, deputado Zico e deputado Alencar, membro da Comissão. Cumprimentar todos os movimentos aqui presentes e todas as entidades.

Sr. Presidente, também acho que é errado esperar a documentação chegar para começarmos nossos trabalhos. A Assembleia Legislativa tem que fazer seu papel, não podemos ir a reboque do Ministério Público do Estado de São Paulo e nem da Polícia Civil, até porque conhecemos muito bem o Ministério Público de São Paulo e a Polícia Civil. Precisamos fazer o nosso trabalho.

Nós vamos entrar no mês de julho, no recesso da Casa. Bom seria se nem tivesse recesso, para ficarmos em cima desse trabalho. Em seguida vem a campanha eleitoral e tenho um medo danado que façam de tudo para esvaziar essa CPI. Esperar chegar os documentos é simplesmente querer jogar para a frente, embarrigar, para chegar no período eleitoral, quando as atenções serão em questões eleitorais, e não na CPI.

Já tem um problema sério nessa CPI que foi tirar uma vaga da oposição, do Partido dos Trabalhadores, que tem direito, que tem bancada para isso, elegeu 14 deputados, mais a oposição e dá 18, 19 que teriam que ter dois membros nessa Mesa. Isso já foi embarrigado. Segundo que o Partido dos Trabalhadores tem 14 deputados e não está nem presidindo, e nem relatando. Ele teria o direito, até nos critérios dentro do Parlamento, de estar na Presidência ou na relatoria. Então já está errado.

Outra coisa que tenho medo é de não acontecer igual na CPI da CDHU que abrimos aqui. Fizeram de tudo para blindar o governo do estado, tanto é que com mais de 300 denúncias do presidente do CDHU, com 30 condenações, a CPI não chamou o presidente do CDHU para vir depor aqui. Isso não pode acontecer na CPI da Merenda, e não vai acontecer, porque quem está aqui dentro não deixará. E a imprensa vai acompanhar.

Não precisa esperar chegar documentação, tem pelo menos três personagens que precisam ser convocados imediatamente. A partir desses três personagens, aí se faz a convocação e aprova-se os requerimentos para ouvir todos. Não importa se forem prefeitos e nome de empresa, mas acho que o chefe de gabinete do secretário Edson Aparecido, tal de Moita, tem que vir imediatamente para cá.

Acho que um tal de Padula, que era secretário ajunto ao chefe de gabinete do secretário Herman, da Educação, tem que vir imediatamente, não precisa de documento. E o presidente da Coaf, como foi colocado aqui, também tem que vir imediatamente. A partir daí convoca-se deputados estaduais, deputados federais que foram citados, e principalmente o Secretário da Educação e o Governo do Estado de São Paulo. Caso contrário, o restante é embarrigar a CPI. Queria dizer isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Mais algum deputado inscrito? Se não há mais nenhum deputado inscrito, vamos à votação dos requerimentos. Não existe nenhum roteiro ainda para ser votado, nobre deputado. Como vou propor um roteiro alternativo se não tem nem o roteiro original?

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Vossa Excelência tinha dito verbalmente.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Não tem nenhum plano de trabalho. Senhores e senhoras, vamos colocar em votação os requerimentos.

Item número um, requerimento do deputado João Paulo Rillo.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Pela ordem.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Só voltando sobre o roteiro. Essa dúvida apareceu porque V. Exa. expressou verbalmente aqui como seria o cronograma dos trabalhos. Agora o roteiro, quem for apresentar alguma proposta, tem que ser por escrito, como se fosse um requerimento?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Sem dúvidas.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Ok.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Tem que ser apresentado por escrito, com requerimento.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Ok, é porque V. Exa. apresentou verbalmente aqui já uma ordem, então deve ter algo já combinado. Mas...

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Não, o que eu disse claramente é que havia tido uma conversa com o relator e pensamos e concordamos em um encaminhamento aqui. Agora cabe ao relator apresentar o roteiro de trabalho. Ele apresentará o roteiro e esse roteiro será discutido e votado pela Comissão. Isso é o que determina o Regimento.

O SR. ZICO PRADO - PT - (ininteligível)

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Não, volto a esclarecer aqui. Todo e qualquer requerimento deve ser protocolado. Isso é um entendimento da Casa, é um entendimento do Regimento da Casa e de uma decisão do presidente em uma CPI já passada. Então todos os requerimentos precisam ser protocolados e publicados para que possam ser incluídos na pauta.

O SR. ALENCAR SANTANA - PT - Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Inclusive os de roteiro.

O SR. ALENCAR SANTANA - PT - Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Pela ordem, deputado Alencar Santana.

O SR. ZICO PRADO - PT - Só para entendimento. Então é a questão de durante a sessão o requerimento que for apresentado, não valerá para aquela sessão?

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Ele não poderá ser apreciado naquela sessão.

O SR. ZICO PRADO - PT - Tem que ser com antecedência.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - É isso que diz o Regimento da Casa.

O SR. ALENCAR SANTANA - PT - Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Pela ordem, deputado Santana.

O SR. ALENCAR SANTANA - PT - Qual o prazo? Teria prazo para o relator apresentar? Se não também ficamos... Os trabalhos não andam, caso não votamos esse roteiro.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Não há prazo, mas tenho certeza que, quem responde é o relator, tenho certeza que ele fará da forma mais célere possível.

O SR. ALENCAR SANTANA - PT - Só destacando, Presidente, tem mais quatro dias. Caso vote a LDO, essa Casa entrará em recesso. Então peço ao relator que se puder isso o mais breve possível, entre hoje e amanhã e o Presidente chamar uma nova Reunião Extraordinária, para que possamos fazer o debate do roteiro, ver se tem alternativa e votar o roteiro para que os trabalhos efetivamente se iniciem.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Feita a consideração do nobre deputado, vamos aos votos.

Solicitação do nobre deputado João Paulo Rillo requer o envio de ofício ao Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado, o Gaeco, e ao Grupo de Atuação Regional para a Prevenção e Repressão ao Crime Organizado, o Gaerco para que enviem à essa Comissão cópias digitalizadas, se possível, de autos de inquéritos civil aos procedimentos administrativos de outra natureza, bem como de depoimentos em autos que lá tramitam sobre a investigação das fraudes às licitações para a compra de merenda junto às cooperativas e às empresas pela Secretaria de Estado da Educação.

Aberta a inscrição. Não havendo oradores inscritos, encerrada a discussão.

Em votação. Os Srs. Deputados e Sras. Deputadas que concordarem com o requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Segundo requerimento. Requerimento do deputado João Paulo Rillo requer o envio de ofício ao Doutor Gianpaolo Poggio Smanio, Procurador-Geral de Justiça de São Paulo para que envie cópia integral dos documentos de depoimentos que compõe o inquérito civil da denominada Operação Alba Branca e cópia integral dos depoimentos existentes e das delações homologadas no âmbito da Operação Alba Branca, em especial dos depoimentos de Marcel Ferreira Júlio no âmbito da Operação Alba Branca.

Quero juntar a esse requerimento o requerimento do nobre deputado Alencar Santana, que requer nos termos dispostos no Art. 34, B2 do Regimento Interno que seja submetida a deliberação deste órgão técnico a requisição ao Excelentíssimo Procurador-Geral de Justiça, Sr. Gianpaolo Poggio Smanio para que forneça a essa CPI cópias dos termos de acordo da delação premiada, inquérito policial e eventuais procedimentos de investigação da denominada Operação Alba Branca.

Como tem o mesmo objeto, aberta a inscrição. Não havendo oradores inscritos, encerrada a discussão.

Em votação. Os Srs. Deputados que concordarem com o requerimento, permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Requerimento número três. Deputado Carlão Pignatari requer o encaminhamento de ofício ao Doutor Youssef Abou Chaim, Delegado Geral da Polícia do Estado solicitando informações sobre quais são os municípios envolvidos nas investigações da Operação Alba Branca.

Aberta a inscrição. Não havendo oradores inscritos, encerrada a discussão.

Em votação. Os Srs. Deputados que concordarem com o requerimento, permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Requerimento número quatro. O deputado Carlão Pignatari requer o encaminhamento de ofício ao Sr. Ivan Francisco Pereira Agostinho, presidente da Corregedoria-Geral do Estado, solicitando cópias, preferencialmente meio eletrônico, dos autos da sindicância realizada na administração após denúncias decorrentes da Operação Alba Branca.

Aberta a discussão. Não havendo oradores inscritos, encerrada a discussão.

Em votação. Os Srs. Deputados que concordarem com o requerimento, permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Requerimento número cinco. O nobre deputado Carlão Pignatari requer o envio de ofício ao Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado, Gaeco... É o mesmo esse aqui. Então o nobre deputado Carlão Pignatari retira o requerimento, porque já foi votado e é o mesmo do deputado Rillo.

Requerimento número seis. O nobre deputado Alencar Santana Braga requer encaminhamento de ofício à Secretaria Estadual de Educação requisitando cópia, em meio eletrônico, de todos os contratos, aditamentos e pagamentos, bem como de todos os procedimentos administrativos relacionados ao fornecimento de merenda para as escolas estaduais relativos aos períodos de janeiro de 2011 a maio de 2016.

Aberta a discussão. Não havendo oradores inscritos, encerrada a discussão.

Em votação. Os Srs. Deputados que concordarem com o requerimento, permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Queria passar o item sete para o Vice-Presidente da Comissão, por se tratar de requerimento de autoria desse deputado.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Adilson Rossi.

* * *

O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB - Requerimento sete, solicitado pelo nobre deputado Marcos Zerbini, que requer o envio de ofício à Sra. Juíza de Direito, Doutora Vanessa Barbosa, da Comarca de Bebedouro, solicitando cópias, preferencialmente em meio eletrônico, dos autos do processo que investiga a denominada Operação Alba Branca.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos para discussão...

Em votação. Os Srs. Deputados que concordarem com o requerimento, permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Devolvo a Presidência ao nobre deputado Marcos Zerbini.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Marcos Zerbini.

* * *

O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Obrigado deputado. Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

* * *